

... Cadernos :: edição: 2005 - Nº 27 > Editorial > Índice > Resumo > **Artigo**

A identificação e o encaminhamento dos alunos com Altas Habilidades / Superdotação em Campo Grande – MS

**Cynthia Garcia Oliveira
Alexandra Ayach Anache**

O presente artigo decorre de uma pesquisa sobre o processo-diagnóstico de identificação e encaminhamento dos alunos com altas habilidades / superdotação, realizado pela Rede Estadual de Ensino na cidade de Campo Grande-MS. Para esse fim, optamos por um estudo exploratório sobre as propostas de identificação e encaminhamento desses alunos que participavam do Núcleo de Inclusão. Além da pesquisa documental, realizamos entrevistas com dois profissionais responsáveis pelo programa, dois estudantes e seus respectivos pais. À luz do referencial sócio-histórico constatou-se que há dificuldades para eleger critérios de identificação da pessoa superdotada, mas percebe-se que a abordagem psicométrica ainda é uma forte base teórica para o diagnóstico dos estudantes sujeitos da pesquisa.

Palavras-chave: Educação. Superdotação e Necessidades Educacionais Especiais.

Introdução

Este artigo pretende apresentar e discutir o processo – diagnóstico de identificação dos alunos com altas habilidades / superdotação realizado pela Rede Estadual de Ensino em Campo Grande – MS e seus desdobramentos no processo de encaminhamento desses alunos.¹ Nossa preocupação justifica-se, uma vez que há poucos investimentos no Estado de MS e, além disso, sabe-se que muitos alunos (as) por não terem suas necessidades educacionais atendidas acabam apresentando dificuldades nas relações interpessoais e, em muitos casos, evadem da escola.

Para o alcance dos nossos objetivos optamos pela abordagem sócio-histórica, que nos permite apreender a totalidade dos fatos pesquisados considerando os sujeitos constituídos nas suas relações sociais.

Assim sendo, fez-se necessário realizar um estudo exploratório das propostas contidas em documentos, visando ao conhecimento dos métodos, técnicas e abordagem teórica que norteiam o processo de identificação e encaminhamento; em seguida, as entrevistas semi – estruturadas e gravadas com os profissionais da Rede Estadual de Ensino (técnicos do Núcleo de Inclusão, na área de Educação Especial, responsáveis pelo processo de identificação e encaminhamento desses estudantes), pais e alunos identificados, constatado o ponto de vista de cada um, uma vez que é através da linguagem que podemos ter acesso ao pensamento dos sujeitos, como explica Vygotsky (1991, p.131): “A relação entre o pensamento e a palavra é um processo vivo, o pensamento nasce através das palavras, uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta,|...|”, ou seja, a partir da fala dos sujeitos pode – se entender seu ponto de vista e o que ele pensa sobre o assunto em discussão.

O artigo apresenta nossas discussões a partir de dois aspectos: conceito de inteligência/superdotação e a educação dos alunos superdotados através de sua identificação e encaminhamento.

Reflexões sobre o conceito de Inteligência para compreensão do conceito de superdotação / altas habilidades

Os estudos sobre inteligência são milenares. Foi na Grécia Antiga, há mais de 2.300 anos que surgiram os primeiros conceitos de inteligência com Platão. No livro: O Grande Debate Sobre Inteligência (Eysenck, 1916, p.16 apout Platão) encontramos a seguinte citação de Platão:

Deus, que te criou, colocou metais diferentes na tua composição-ouro, para os que são preparados para governar; prata, para os que têm de agir como executores (da lei) e uma mistura de ferro e latão para aqueles, cuja tarefa será a de cultivar o solo ou os bens manufaturados. Todavia, ocasionalmente, um pai de ouro pode gerar um filho de prata; ou um pai de prata, um filho de ouro; de fato, qualquer tipo de pai pode, às vezes, procriar qualquer tipo de filho.

Segundo a concepção de Platão, o fato de uma pessoa ser mais inteligente está ligado a uma ordem predeterminada por Deus. Sendo assim, segundo ele, o fator genético e social não teria nenhuma influência. Nada mais natural para aquele período em que não havia ainda estudos científicos. Os estudiosos da época eram filósofos que tentavam explicar o porquê das coisas. A concepção filosófica

para o estudo do ser humano se prolongou até a segunda metade do século XIX.

E é por volta do século XIX que esta temática ganha expressão, fato que se justifica pela mudança do modo de produção Feudal para o Capitalista, resultado das grandes revoluções científicas. Neste contexto histórico guiado pelo referencial positivista, a psicologia consolida-se como ciência que poderia explicar o comportamento humano, surgindo assim os primeiros estudos científicos sobre inteligência, que precisavam ser objetivos para que a psicologia pudesse se firmar como ciência.

As contribuições teóricas surgidas desde o século XIX até os dias de hoje se constituem de diferentes teorias que tentaram explicar da melhor forma possível o desenvolvimento do homem. A primeira concepção apareceu dos estudos tecnicistas de Skinner, um dos principais representantes do Behaviorismo que, com uma visão objetivista, desenvolveu a teoria do estímulo-resposta, em que o comportamento humano é controlado pelos estímulos externos.

Na tentativa de superar o tecnicismo, novos estudos na área da genética e hereditariedade surgem, consolidando a psicologia subjetivista, que teve como representante Call Rogers, também considerada humanista pela ênfase no desenvolvimento genético do sujeito. Assim, a inteligência era definida como algo inato e natural, que vem com o indivíduo.

Nesse período surgem diversos estudos sobre inteligência: Francis Galton em 1865 na Inglaterra realizou pesquisas na área da genética e hereditariedade, explica Telford (1984, p.217): "Galton acreditava no dom da capacidade elevada e dividiu-o em dois tipos de capacidades: capacidade geral e aptidões especiais.", suas teorias tiveram influência sobre os movimentos de testes de QI. Na mesma época, Spencer associou seu conceito à tese da evolução de Darwin, em relação aos estudos deste teórico Yehia (1987, p.2) diz que ele: "acreditava que a inteligência no homem favorecia o ajustamento contínuo das relações internas às externas."

Outros estudiosos seguiram a mesma linha de raciocínio de Galton, considerando os fatores genético e hereditário como aqueles que explicam as funções psicológicas superiores, dentre elas a inteligência (Ward -1906; Cattell -1915; Terman -1904), Catell foi aluno de Galton e o primeiro a usar o termo "testes mentais". No mesmo período, na França surgem os estudos sobre testes de Quociente Intelectual (QI) criado por Binet em 1905 com a ajuda de Simon, um dos mais usados e aceitos na época.

As pesquisas destes autores inspiraram novos trabalhos, dentre eles, Sperman em 1906 considerou o fator g (fator geral, aquele que sobressaia em relação aos outros) e os fatores s1, s2 e s3 (fatores específicos determinados pelo fator g).

Na mesma perspectiva, Guilford, em 1967, desenvolveu a teoria da "Estrutura do Intelecto" com 120 tipos diversos de habilidades; Joseph Gall destacou 37 faculdades mentais; Larry Grosso nomeou cinco modos de comunicação e Paul Hirst nomeou sete formas de conhecimento. Da mesma maneira Yamamoto (1965), Taylor (1976), Torrance e Borron (1979), incluíram mais uma habilidade: a criatividade no conceito de inteligência.

Apesar das tentativas de se alcançar um conceito mais completo, todos estes estudos explicaram o conceito de inteligência através da psicometria, que considera a inteligência como algo inato que vem com o indivíduo desde o nascimento, podendo ser medida através de testes de QI. Em relação a estes conceitos de inteligência Anache (1997, p.39), em sua tese de Doutorado: "Diagnóstico ou inquisição? : Um estudo sobre o uso do diagnóstico psicológico na escola", diz que:

De modo geral, as teorias procuraram estudar a inteligência mostrando que a psicometria parte do pressuposto de que o indivíduo nasce com um nível pré-determinado de inteligência passível de ser mensurado através dos testes, cujos resultados expressos em QI, não seriam alterados durante o curso de seu desenvolvimento.

Contraopondo a esta perspectiva, o cientista suíço Jean Piaget (1896-1980) realizou estudos sobre a teoria do desenvolvimento cognitivo e da inteligência no campo biológico e orgânico. Com Piaget nasce uma nova abordagem psicológica: a psicologia cognitivista. Em seu livro: Seis Estudos da Psicologia, explica Piaget (1989, p.11):

"O desenvolvimento psíquico, que começa quando nascemos e termina na idade adulta, é comparável ao crescimento orgânico. A vida mental pode ser concebida como evoluindo na direção de uma forma de equilíbrio final, representada pelo espírito adulto."

Piaget entendia que a inteligência era resultado da interação do sujeito com o meio, portanto ela é a capacidade do sujeito adaptar-se ao meio. Ele desenvolveu sua teoria cognitiva a partir de estudos, pesquisas e observações sistemáticas do comportamento de várias crianças de diferentes faixas etárias, num período relativamente longo e assim elaborou teorias do desenvolvimento da criança, através das quais explicou desde o nascimento da inteligência na criança até às suas contínuas evoluções, ao longo dos anos, evoluções ocorridas por processos que o autor chamou de "assimilação e acomodação", sempre com o objetivo de alcançar o equilíbrio através dos desequilíbrios que ocorrem no processo de

“assimilação e acomodação”.

A psicologia cognitivista consolidada pela teoria piagetiana representa para o conceito de inteligência um marco histórico de superação das concepções psicométricas.

Mas nesse mesmo período, o psicólogo soviético Vygotsky (1896-1934) introduziu novos estudos para a psicologia, pois analisou, estudou e pesquisou o homem em relação ao seu meio, à luz das teorias marxistas (teorias do materialismo dialético de Marx e Engel). Vygotsky criticou a teoria piagetiana pelo fato dela explicar o desenvolvimento de maneira interna (do individual para o social), onde surge primeiro a fala egocêntrica e depois a fala social, ou seja, a criança desenvolve internamente ela constrói seu conhecimento através de processos contínuos por meio da assimilação e acomodação em busca de um equilíbrio. Na concepção de Piaget, o professor é o mediador que apenas ajuda a criança a construir seu conhecimento.

Mas já Vygotsky desenvolve sua teoria explicando a importância da cultura e das interações sociais para o desenvolvimento humano e a criança internaliza - (do social para o individual) - os conhecimentos que a sociedade oferece. Nesta visão o professor também é o mediador, mas que não ajuda a criança a construir seu conhecimento, pelo contrário, tem a função de levar o aluno à apreensão efetiva do conhecimento. Para ele, ao contrário de Piaget, surge primeiro a fala social e depois a egocêntrica.

No livro: A Formação Social da Mente, explica Vygotsky (1989, p.75 e 76):

A internalização de formas culturais de comportamento envolve a reconstrução da atividade psicológica tendo como base as operações com signos. A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas, constitui o aspecto característico da psicologia humana; é a base do salto qualitativo da psicologia animal para a humana.

Com Vygotsky nasce a psicologia sócio-histórica, explicando que o conhecimento é construído nas relações dialéticas entre sujeito e meio, ou seja, a partir da atividade que o indivíduo desenvolve em relação aos elementos do meio em que vive. O sujeito é considerado um ser histórico, social e interativo. Vygotsky entende que o desenvolvimento do homem envolve processos além das explicações objetivas, subjetivas e cognitivas. O homem é um ser muito mais evoluído porque possui inteligência e consciência, o que só pode ser explicado a partir de um estudo muito mais complexo de suas atividades que são puramente humanas e que se desenvolvem a partir de processos sociais, históricos e culturais.

Em relação à superdotação e genialidade Vygotsky (1998, p. 9, 11) traz a seguinte contribuição:

“La genialidade se diferencia del talento sobre todo por el nivel y el caracter de la creacion: los genios son inovadores de una nueva época histórica en su ámbito. 2”

Desta forma, é importante entendermos que superdotado é diferente de gênio, pois superdotado é o indivíduo que apresenta uma facilidade relativamente maior comparada com o seu grupo, diferente do gênio que apresenta capacidades significativamente superiores em relação ao momento histórico em que vive. Os gênios são pessoas que trazem contribuições para a evolução da sociedade, como por exemplo os grandes cientistas.

Nos últimos anos, com a evolução tecnológica, buscaram-se novas e modernas concepções de inteligência. Mas analisando alguns pesquisadores modernos, comprova-se que não introduziram novas definições; apenas reafirmaram antigas definições da psicologia cognitivista de Piaget. Vejamos alguns exemplos:

O psicólogo, professor da Universidade de Harvard, Howard Gardner que desenvolveu, com a ajuda de diversos pesquisadores, a teoria de Inteligências Múltiplas, a partir de um estudo com a visão biológica, explicando a existência dos sete tipos de inteligências no cérebro humano, defende a ideia de incluir um conjunto muito mais amplo e Universal de competências, ou seja, para ele não existe apenas um tipo único de inteligência, mas sim várias competências que formam as Inteligências Múltiplas.

O outro psicólogo é Daniel Goleman (1995) que observando a crise civil dos Estados Unidos com um aumento crescente dos índices de criminalidade, suicídios, abuso de drogas e outros índices de mal-estar social, desenvolve a teoria da Inteligência Emocional, mostrando como as pessoas podem auto-ajudar – se, se tornando inteligentes emocionais. Para Goleman (op. cit., p.46): “... a inteligência acadêmica pouco tem a ver com a vida emocional. As pessoas mais brilhantes podem se afogar nos recifes de paixões e dos impulsos desenfreados...”

Desta forma, Goleman (1995) desenvolveu suas pesquisas baseadas na formação biológica do homem e para ele existem dois tipos de inteligências principais: a inteligência racional do intelecto e a inteligência emocional dos sentimentos.

Analisando os vários estudos realizados sobre inteligência, pode-se notar que a principal mudança verificada nos conceitos desses estudos, desde os primeiros ensaios sobre o assunto e desde a invenção

dos testes de QI por Binet, na França, até os estudos mais recentes de Gardner - com a teoria de Inteligências Múltiplas - e Goleman - com a teoria da Inteligência Emocional, foi a alteração do conceito unidimensional - medido por apenas um único modelo de testes de QI - para o multidimensional - que só pode ser identificada através de vários instrumentos de avaliação.

Miranda (1995) no artigo Inteligência e Contemporaneidade faz uma crítica aos atuais conceitos de inteligência que, na tentativa de supervalorizar a inteligência humana, com a finalidade de usá-la em benefício da evolução social, apenas reafirmam teorias e conceitos de inteligência já existentes:

As novas explicações da inteligência permitem rever e ampliar a discussão sobre inteligência e não chegam a romper com os modelos anteriores de inteligência; são mais uma justificativa e legitimação dos processos de exclusão e de adequação das pessoas à ordem vigente; sendo uma noção naturalizada de inteligência, obscurecendo as determinações históricas da atividade de intelectual, e sugerem que a discussão sobre a inteligência, no momento, é uma tarefa fundamental para a psicologia, e é fundamental que os educadores se apropriem das implicações dessas abordagens, para evitar a disseminação das conhecidas e nefastas formas de psicologismos na educação.

É por esta razão que dentre os diversos e diferentes conceitos de inteligência ficamos com as contribuições da psicologia sócio-histórica, que é a única a colocar os determinantes sociais, históricos e culturais como a essência da inteligência humana. Assim, Vygotsky explicou a inteligência como uma função psicológica superior do sujeito desenvolvida pelo processo de internalização a partir das relações dialéticas entre o aluno, o professor e o meio social. Identificar a inteligência de um aluno, nesta visão, significa analisá-lo dentro do contexto em que vive, considerando suas relações dialéticas com este meio.

A Educação dos alunos que apresentam Superdotação / Altas Habilidades

A idéia de identificar e encaminhar os alunos com um potencial elevado, assim como o conceito de inteligência, também surgiu há mais de 2.300 anos, na Grécia. Platão defendeu a idéia de que os indivíduos com inteligência superior deveriam ser selecionados em seus primeiros anos de infância e suas habilidades cultivadas em benefício do Estado. Na China, 206 a.C., crianças e jovens talentosos eram altamente valorizados, selecionados e encaminhados para a corte.

Já nos séculos XIX e XX, com a sociedade capitalista, passa-se a ter um forte interesse em utilizar o potencial humano para a evolução da sociedade. A esse respeito Telford (1984, p.46) explica alguns pontos dos interesses educacionais na sociedade americana: "Os projetos voltados para os intelectualmente superdotados e potencialmente muito criativos eram concebidos para maximizar as contribuições do indivíduo superior à sociedade".

As propostas educacionais surgem com o respaldo dos teóricos que desenvolveram pesquisas sobre inteligência e, como ainda hoje vivemos numa sociedade capitalista regida por uma valorização de utilizar a inteligência para a evolução tecnológica, neste contexto histórico muitas propostas surgem com o objetivo de fundar uma metodologia capaz de identificar alunos superdotados, pois poderão contribuir com sua inteligência em benefício da sociedade em que vivem.

Foi nesse período que Gardner desenvolveu sua teoria de Inteligências Múltiplas (como já mencionamos) e com base em sua teoria, o autor propôs uma metodologia que pudesse oportunizar o desenvolvimento adequado das inteligências do aluno; diz Gardner (1994, p.):

Sabemos que os indivíduos não são todos iguais intelectualmente, e não existe uma tecnologia explicitamente projetada para testar o perfil intelectual de um indivíduo... Os responsáveis pelo planejamento educacional devem decidir que meios podem ser utilizados para ajudar o indivíduo a atingir uma competência ou habilidade desejada, exemplo: colocar superdotados como ajudantes da sala. É fundamental que as sociedades encontrem algum modo de treinar e usar as capacidades, que permitam uma visão mais de um grande e complexo todo, e os educadores que prestem atenção rigorosa às progressões biológicas e psicológicas dos seres humanos e ao contexto histórico e cultural particular dos locais onde vivem.

Do ponto de vista desse autor, a educação deve estar atenta aos vários tipos de inteligências que compõem o aluno e em qual delas ele possui mais facilidades e \ ou dificuldades. E o mais importante na visão de Gardner é encontrar a melhor metodologia, que melhor se enquadre na realidade dos alunos, ou seja, ao montar-se uma metodologia deve-se sempre levar em conta o aluno como um todo: biológico, social, emocional, histórico e cultural; só assim pode-se conseguir êxito e sucesso na educação dos alunos superdotados.

Quando se fala de identificação e encaminhamento dos alunos superdotados, muitos problemas aparecem como: alegação de que aluno inteligente não precisa ser identificado e receber atendimento especial; ou se investe com interesse de identificar esses alunos para estar, de certa forma, utilizando sua inteligência, mas nunca se pensa no desenvolvimento do aluno.

É importante que o aluno com altas habilidades seja identificado e atendido / e ou encaminhado da

menor forma possível. mas acima de tudo que se tenha como objetivo principal oportunizar um bom desenvolvimento de suas capacidades ou habilidades e que, de maneira alguma, se invista nesta clientela com interesses de usar suas capacidades e sim com o interesse de oferecer a esses alunos satisfação e realização pessoal.

Analisando as contribuições da psicologia para a educação do superdotado, verifica-se que as contribuições da psicologia sócio-histórica representam o ideal de uma educação com o objetivo de desenvolver plenamente o aluno.

A respeito do desenvolvimento intelectual e afetivo, Vygotsky (1991, p.7) desenvolveu uma teoria explicando a união que ocorre entre o intelectual e o afetivo na elaboração das idéias que cada um vai formando em relação às experiências proporcionadas pelo meio em que vive, "...a existência de um sistema dinâmico de significados em que o afetivo e o intelectual se unem, pois cada idéia contém uma atividade afetiva transmutada com relação ao fragmento da realidade a qual se refere.", desta forma, a criança vai aprendendo com uma ajuda mediada pelo outro, num processo de elaboração de idéias de maneira dialética, ou seja, aprende a partir das experiências que o ambiente lhe proporciona e a mediação de pessoas que lhe vão ensinando. Para explicar o desenvolvimento da criança Vygotsky (1998, p.116) elaborou a teoria dos níveis de desenvolvimento:

A atenção concentrou-se no fato de que, quando se pretende definir a efetiva relação entre o processo de desenvolvimento e capacidade potencial de aprendizagem, não podemos limitar-nos a um único nível de desenvolvimento. Tem que determinar, pelo menos, dois níveis de desenvolvimento, o primeiro nível de desenvolvimento efetivo da criança - que se conseguiu com um resultado de um específico processo de desenvolvimento já realizado, e o segundo nível da área de desenvolvimento potencial - que é a diferença entre o nível das tarefas realizáveis com o auxílio dos adultos e o nível das tarefas que podem desenvolver-se com uma atividade independente.

Nesta concepção, somente a partir do conhecimento profundo dos níveis de desenvolvimento da criança é que o professor poderá conhecer melhor seu aluno e ter condições suficientes de atuar como mediador do processo de ensino-aprendizagem, atuando no nível potencial de seu aluno. Essa explicação traz importante contribuição para a educação significativa do aluno, de forma que satisfaça suas necessidades e no que diz respeito à educação do aluno que apresenta superdotação / altas habilidades nada mais importante e fundamental do que saber o seu nível potencial, que Vygotsky chama também de "zona do desenvolvimento proximal"; é a partir do conhecimento por parte do professor, da "zona do desenvolvimento proximal" do aluno, que poderá desenvolver uma educação que forneça um aprendizado para o futuro, ensinando o que o aluno ainda não sabe e não o que já sabe.

Vygotsky (1998, p.14) faz um alerta da importância de conhecer como o papel do ambiente interfere no desenvolvimento da criança; "isto significa que podemos explicar o papel do ambiente no desenvolvimento da criança só quando conhecemos a relação entre ela e o ambiente", pois segundo sua teoria, não é o fato do ambiente ter ou não proporcionado condições favoráveis de desenvolvimento que irá determinar o desenvolvimento do aluno, mas sim a forma como cada um vai lidar com as condições que lhe são dadas.

A teoria desenvolvida por Vygotsky supera todas as outras teorias do desenvolvimento e aprendizagem, pois além de considerar as estruturas biológicas, ele faz uma análise profunda de como o contexto sócio - histórico é internalizado pela criança, e para ele:

Acredito que o comportamento humano difere qualitativamente do comportamento animal. O desenvolvimento psicológico dos homens é parte do desenvolvimento histórico geral de nossa espécie e assim deve ser entendido. A aceitação dessa proposição significa termos que encontrar uma nova metodologia para a experimentação psicológica.

Para entender - se o desenvolvimento humano deve - se entender o contexto social e suas respectivas evoluções. Isso explica porque a cada geração as crianças nascem mais evoluídas, a sociedade está mais evoluída.

Na perspectiva deste autor, a metodologia deve estar baseada no nível potencial de cada aluno e não apenas no processo de seu desenvolvimento. Observar as fases de desenvolvimento para atuar nelas é retardar o processo de ensino - aprendizado, é ensinar para o passado, ou seja, ensinar para níveis de desenvolvimento já aprendidos pela criança, pois cada aluno está em nível diferente independente da idade; considerar o potencial do aluno é ensinar para o futuro, aquilo que o aluno ainda não sabe, esta é a função do professor.

E como menciona Kirk e Gallagher (1996, p.38) que: "uma das principais razões do surgimento da educação especial foi a grande diversidade de capacidades e desempenho escolar dos alunos de uma faixa etária e nível escolar semelhantes." Observando a nossa sociedade, hoje se verifica o quanto a diversidade está presente e faz parte da educação; o professor e a sociedade não podem mais negar, fechando os olhos e insistindo em homogeneizar os alunos que apresentam características cada vez mais heterogenias.

Se a escola quer educar o aluno, significativamente, ela deve preocupar-se mais em conhecer cada um de seus alunos, sua realidade, individualidade e necessidade. Neste sentido explica Kirk e Gallagher (op. cit., p.112 e 113):

Existem individualidades a serem detectadas e estudadas; o seu desenvolvimento físico, social, mental e emocional, além de sua idade; há casos que necessitam de atendimento especial com professor itinerante para enriquecimento; outros podem ser realizados na própria sala comum, dependendo do número de alunos superdotados. Como a sociedade vê e organiza a educação especial vai influenciar muito nos programas para superdotados.

Se a sociedade prega a educação para todos, como forma de igualar as capacidades e desenvolvimentos dos alunos, neste tipo de sociedade haverá a necessidade de atendimentos especiais para os alunos portadores de deficiências físicas e mentais, com dificuldades de aprendizagem e para alunos com capacidades e potencialidades superiores aos colegas de seu contexto.

Já a sociedade que se preocupa em oferecer uma educação para todos, de forma a oportunizar um bom desenvolvimento das habilidades de cada um, esta seria uma forma de educação igual para todos, onde todos ficam satisfeitos podendo dar suas contribuições conforme suas capacidades diferenciadas e neste caso não precisa de atendimentos especiais, pois as necessidades especiais seriam resolvidas em sala de aula com a interação entre os colegas, o meio escolar e o professor como mediador desse processo.

Os programas que realizam o trabalho de identificar e encaminhar alunos superdotados devem estar atentos às necessidades individualizadas de cada aluno, necessidades que precisam ser destacadas e estudadas dentro do seu desenvolvimento: físico, social, mental e emocional, além de sua idade.

Educação do Superdotado no Brasil

A educação no Brasil, como sabemos, surgiu no período da colonização européia, tendo como educadores os jesuítas, que ensinavam a língua portuguesa e catequizavam os índios; os jesuítas também davam aulas para os filhos dos europeus. A característica desta educação era elitista, domesticava-se o índio para a cultura européia e passava-se o ensino necessário para os filhos dos europeus, garantindo a dominação européia.

Durante muitos anos, décadas e até séculos a educação no Brasil foi elitista (só para os ricos e poderosos). Não se ensinava aos pobres e muito menos se valorizava o potencial deles. Para essa sociedade só os ricos podiam possuir inteligência elevada e capacidades.

Com a organização do país e sua autonomia política é emergente a existência de uma constituição, sendo outorgada a Constituição em 1824 por D. Pedro I, ressaltando a educação primária gratuita a todos os cidadãos.

A característica que sempre predomina na história do Brasil, no que se refere à educação, é a elitização desta educação, ou seja, a classe dominante sempre terá a garantia de uma educação boa e completa, já a classe dominada sempre terá oportunidades concedidas pela classe dominante. O Brasil se desenvolveu com a idéia de que somente a classe dominante é inteligente e capaz, e os pobres devem aproveitar o que lhe é concedido pois não possuem tanta inteligência para se formarem numa Universidade, por exemplo.

Acontece que em relação aos alunos superdotados, a educação no Brasil não tinha uma metodologia apropriada nem para os ricos muitos menos para os pobres. Apesar do ensino tradicional da época oferecer melhores oportunidades à classe dominante, esse ensino não respeitava as individualidades e necessidades de cada aluno.

E será somente com o processo de industrialização da sociedade capitalista, a partir da década de 70, que começa a surgir o interesse em garantir um atendimento especial para superdotados com a Lei n° 5.692, de 11 de agosto de 1971, no seu artigo 9o , esta lei ressalta a garantia ao atendimento especial para os superdotados.

A figura pioneira e mais importante na luta pela educação dos superdotados no Brasil foi de Helena Antipoff, que em 1945 no Instituto Pestalozzi, no Rio de Janeiro, iniciou alguns trabalhos com alunos superdotados e em 1962 na fazenda Rosário, em Minas Gerais, deu início a um programa de atendimento ao aluno "bem dotado" do meio rural e da periferia urbana.

Com a legislação de 71, o interesse pelos superdotados foi crescendo cada vez mais e muitos eventos foram realizados como seminários, palestras e outros. Em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que passou a dar apoio aos programas de atendimento aos superdotados do país; posteriormente em 1976 foi criada a Associação Brasileira dos Superdotados (ABSD), congregando profissionais interessados nesta área. A Secretaria de Educação Especial para Superdotados (SEESP) foi fundada em Brasília. em parceria com o Ministério de Educação e Desporto

Superdotados (GELLER), por Mariana Simões, em parceria com o Ministério de Educação e Superior (MEC) desde 1975, com função somente de atender à educação especial de superdotados do Brasil.

No Brasil, o interesse teórico sobre a questão da inteligência e superdotação têm aumentado bastante nas últimas décadas. Além de Helena Antipoff, que foi a precursora a definir o superdotado como "bem dotado", mencionaremos alguns teóricos brasileiros que desenvolveram pesquisas nesta área: Metrau (2000, p.7) define superdotado considerando as implicações psicológicas e como sendo aquele aluno que apresenta determinadas características; diz ela:

A superdotação, enquanto processo, é um construto psicológico que se caracteriza por alguns traços comuns e diferentes, combinações tais como: curiosidade ampla ou específica; muitas perguntas; questionamentos abstratos e filosóficos; não aceita respostas simples; entende com facilidade o estabelecimento das relações entre fatos e nem sempre são os melhores alunos na escola, geralmente incomoda por ser incomodado e mal entendido.

Guenther (2000, p.29) define dotação na concepção genética e cognitiva: "...| dotação é algo que o indivíduo tem consigo, ou traz em potencial desde o nascimento |...|" Guenther (2000, p.4) destaca a responsabilidade coletiva e a importância de um investimento social, "...se o talento for desenvolvido e orientado em sintonia com o bem estar comum e compromisso com valores morais e espirituais..."

Para Guenther, a responsabilidade deve ser da escola - pois ela deve evitar que o talento seja perdido ou desviado, proporcionando estimulação e orientação para o desenvolvimento apropriado das potencialidades; a família - é mais fácil para família promover o desenvolvimento e estimulação do potencial existente nas crianças; a comunidade - toda comunidade deve dar uma recepção e estimulação das capacidades para todos que nela vivem; o Estado - seu papel é zelar pela redistribuição de bens; e a sociedade como um todo é responsável pelo desenvolvimento dos talentos.

Teresinha Fran, presidente da ABSD-SP, fala sobre a imensa perda de potencial no Brasil pela falta de recursos e investimentos para atender os superdotados. Fran (1988, p.1) faz o seguinte alerta:

Aproveitar o potencial humano, seja no terreno das aptidões, seja na melhor distribuição de renda ou justiça social, seria uma tarefa imensamente mais produtiva e mais frutífera a ser colocada como alvo prioritário, possivelmente mais útil do que a tentativa de remediar situações já marcadas por problemas de custo social muito elevado.

Maria Helena Novaes Mira, ex-presidente nacional da ABSD, fala da importância de oferecer oportunidades para o pleno desenvolvimento de cada indivíduo e que cada localidade deve estar desenvolvendo programas adequados à sua realidade; diz Novaes (1999, p.51): "A construção do futuro está diretamente associada ao desenvolvimento das potencialidades humanas,|...|"

Santos (1988, p.15) fala sobre os superdotados e as importantes medidas para identificar e atender esses alunos, fazendo o seguinte alerta: "...o amparo e o incentivo ao progresso e à criatividade parecem estar associados às civilizações superiores...". O autor recomenda a elaboração de projetos, pois quanto mais projetos bem elaborados sejam realizados, novos caminhos podem-se abrir para uma melhor qualidade de identificação e atendimento desses alunos.

Eunice Alencar é psicóloga e desenvolveu várias pesquisas fora do Brasil, trazendo importantes contribuições para a literatura brasileira sobre inteligência, superdotados e criatividade. A autora destaca alguns pontos no que diz respeito à educação desses alunos; para ela, a aprendizagem deve ser centrada no aluno; encorajar a independência; atmosfera aberta na sala de aula e aceitação do aluno. Alencar (1986, p...) comenta que: "...muito pouco tem sido feito no sentido de identificar os mais capazes..."

Estudando o processo histórico dos trabalhos educacionais desenvolvidos com os alunos superdotados no Brasil, verifica-se um intenso interesse teórico sobre o assunto, principalmente a partir do século XIX em diante, período de grandes evoluções tecnológicas, o que explica o fato da necessidade de utilização da inteligência humana para o uso e invenção de novas tecnologias e, da mesma maneira que ocorreu nos E.U.A, o interesse em identificar e encaminhar esses alunos é maior do que a preocupação de oferecer uma educação apropriada às potencialidades diferenciadas de cada um.

Com o processo de globalização e as idéias neoliberais, iniciadas com Collor e continuada no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foram estabelecidas estratégias neoliberais de privatização, publicitação e terceirização. Os países dominantes estabeleceram pelo FMI um controle ainda maior sobre os países em desenvolvimento, fazendo empréstimos e exigindo retorno na prática desses empréstimos.

A educação brasileira, atualmente, é fortemente influenciada por essas exigências de nível mundial, e foi na conferência mundial de Educação para todos realizada em Jomiten, na Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990 que o Brasil estabeleceu acordos com os organismos internacionais para mudar a política educacional do Brasil, de acordo com a proposta da conferência de Universalização do acesso à educação.

Por esta razão, atualmente os alunos com altas habilidades são amparados pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que no seu capítulo V da Educação Especial Art.58, 59, 60 ressalta que o atendimento aos alunos com necessidades especiais poderá ter ou não sala especial, mas que a escola deve favorecer a integração desses alunos no ensino regular; prevê no artigo 59, inciso II e III, a aceleração para os superdotados e um encaminhamento para o mercado de trabalho aos alunos com habilidades superiores.

O Ministério da Educação e do Desporto (MEC) reeditou em 1995 as diretrizes de identificação e atendimento do superdotado ou alunos com altas habilidades, atualizando a primeira edição de 1986, nas séries 9 e 10 das diretrizes de Educação Especial. Lendo essas diretrizes verifica-se a forte influência dos teóricos e da política dos E.U.A, em específico na série 9 pág.17 tem-se a cópia da definição de superdotado de Marland - 1972 dos E.U.A:

A Política Nacional de Educação Especial - 1994 define como portadores de altas habilidades / superdotados os educandos que apresentarem notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora.

Dentro do apoio teórico das diretrizes do MEC, cada Estado possui autonomia para desenvolver um programa adequado à sua realidade e necessidade. Dentre os diversos programas que atendem os alunos com altas habilidades no Brasil temos na rede pública os Estados: Distrito Federal (DF), que foi o pioneiro e serve como modelo, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Goiás (GO), Espírito Santo (ES), Bahia (BA), Mato Grosso do Sul (MS) 3, Rio Grande do Sul (RS), Pará (PA) e Minas Gerais (MG) que hoje atende o maior número de alunos na cidade de Lavras, onde foi fundado o CEDET (Centro para o Atendimento do Potencial e Talento) por Zenita Cunha Guenter. Já na rede particular, destaca-se o RJ e SP. Os colégios militares vêm desenvolvendo trabalhos nas cidades de Juiz de Fora (MG), Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS) e a ABSD realizava 4 a supervisão desses trabalhos.

Em relação ao processo educativo do aluno superdotado, no Brasil no decorrer dos anos, nota-se duas principais visões teóricas: que até a década de 70 predominava a idéia de elitização da educação desses alunos e da década de 70 pra cá vem predominando a supervalorização do potencial humano.

Primeiramente, a questão da elitização, que durante algum tempo a sociedade acreditava poder ser mais inteligente somente a classe dominante, ou se alegava ser desnecessário o atendimento especial para superdotados, pois por serem alunos inteligentes não precisam de nenhuma orientação específica.

Hoje, com a forte tentativa de superação da mentalidade de elitização na educação do superdotado, nota-se o interesse crescente em aproveitar o potencial desses alunos para a evolução do nosso país. Como diz Leila Magalhães (1996, p.4): "superdotados são verdadeiros agentes de transformação de um país".

A superação da elitização para o interesse em aproveitar o potencial humano marca um grande passo para a educação do superdotado no Brasil, pois com esta concepção inicia-se uma valorização dos alunos inteligentes, independente da classe que esses ocupem na sociedade; o que importa é identificar e encaminhar esses alunos, mas esta visão ainda está longe de ser o ideal de realmente oportunizar um bom desenvolvimento das capacidades desses alunos.

O Processo de Identificação e Encaminhamento de alunos superdotados em Campo Grande – MS

Com o objetivo de cumprir a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases), o governo do Estado do Mato Grosso do Sul selecionou dois técnicos da área de Educação Especial e ofereceu-lhes capacitação para que pudessem ter condições de administrar um projeto de identificação e encaminhamento de alunos superdotados em Mato Grosso do Sul, primeiramente em Campo Grande.

Como na época (1994), existia o Núcleo de Inclusão que atendia crianças com necessidades educacionais especiais (deficiente visual, mental e crianças com dificuldades de aprendizagem), aproveitaram o mesmo espaço para atenderem os alunos superdotados. Mas, era preciso identificá-los e foi isto que o Núcleo fez. Os técnicos capacitados iniciaram um processo de identificação com o intuito de encontrar alunos superdotados na rede regular de ensino.

A partir do conhecimento deste trabalho que o Estado estava realizando, surgiu a vontade da realização de uma pesquisa com o intuito de verificarmos como vinha ocorrendo todo o processo de identificação e seus desdobramentos no encaminhamento dos alunos identificados. Para alcançar os objetivos da pesquisa tornou-se necessário uma pesquisa com enfoque sócio-histórico, por entendermos que só é possível apreendermos as contradições dos fatos pesquisados se considerarmos o contexto histórico em que ocorrem. Como explica Minayo (1999, p5):

Cada vez mais se entende o fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social, por sua vez inserido em uma realidade histórica, que sofre toda uma série de determinações. Um dos desafios à pesquisa educacional é exatamente o de tentar captar essa realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo, em sua realização histórica.

Desta maneira, na tentativa de apreendermos a totalidade dos fatos envolvidos no processo de identificação e encaminhamento de alunos com altas habilidades/superdotação em Campo Grande – MS, primeiramente, realizou-se um estudo exploratório do trabalho, o qual nos forneceu um conhecimento mais fundamentado de todo o processo que envolve: os métodos, técnicas e abordagem teórica. Nesta fase foram explorados documentos comprobatórios do processo de identificação e encaminhamento realizado com os alunos (sujeitos da pesquisa), como também o projeto elaborado como proposta experimental para uma identificação e encaminhamento mais apropriados.

Foram escolhidos dois técnicos da área de Educação Especial da Rede Estadual de Ensino, sendo um pedagogo e um psicólogo, responsáveis pelo trabalho de identificação e encaminhamento aos alunos superdotados de Campo Grande-MS; dois alunos identificados e encaminhados e seus respectivos pais, com os quais realizamos entrevistas semi-estruturadas que foram gravadas por garantirem a presteza das informações orais e por não haver a imposição rígida de questionários, de maneira que o sujeito possa falar o que pensa sobre o assunto discutido.

Para facilitar a análise dos dados, foram elaboradas categorias de análises, especificando quatro temas que envolvem o tema principal da pesquisa: Conceito de Inteligência; Conceito de Superdotado; Procedimento de Identificação e Procedimento de Encaminhamento.

A partir dessas categorias de análises, foram montados quadros para cada tema, especificando a fala de cada sujeito sobre o tema, como também o que o documento diz em relação àquele tema. A respeito dos sujeitos, considerou-se a análise de discursos dentro das categorias, pois, levando-se em conta a fala como instrumento fundamental para construção de conceitos, pensamentos e consciência histórica, como explica Vygotsky (1991, p.132): "...as palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Uma palavra é um microorganismo da consciência humana."

Em relação aos conceitos de inteligência e superdotação, predominam algumas idéias equivocadas e incompletas, mas com uma tendência do conceito psicométrico, como podemos verificar:

quando ele tinha 4 anos de idade e aprendeu a ler e a escrever sozinho; (mãe do aluno A1)

ele tem um conhecimento quando vai para a escola ele leva um conhecimento a mais que o normal das outras crianças. (mãe do aluno A2)

Praticamente desde quando nasceu ele já tinha um certo entendimento, desde pequeno era esperto, com três anos de idade já sabia ler e escrever... (pai do aluno A2).

...por um garoto ter o QI um pouco mais elevado, ... (Pai do aluno A2).

...apresenta maturidade intelectual superior e condições de cursar a 3a série do 1o grau... (Documento Diagnóstico do aluno A1).

No depoimento do pai do aluno A2 encontramos uma definição da inteligência como sendo QI, mas na verdade QI é o quociente intelectual que determina o nível de inteligência em relação à idade cronológica; a este respeito Ancona Lopes (1987, p.47) diz:

A divulgação de termos referentes a índices de medida intelectual, principalmente do termo Quociente Intelectual, ou abreviadamente QI junto ao público leigo, e sua conseqüente vulgarização, esvaziou seu sentido. Perdeu-se a noção, no âmbito leigo de que o QI não passa de um índice numérico, estabelecido para facilitar o conhecimento da relação entre idade cronológica e idade mental e para permitir comparações. Esqueceu-se de que há mais de uma maneira de se calcular o QI. A sigla QI passou a ser utilizada como se significasse uma medida absoluta do nível de inteligência.

No Laudo Psicológico do aluno A2, tem-se uma relação entre o nível de inteligência, comparando-se com a idade cronológica, assim como na fórmula de QI (quociente intelectual) que é medido a partir da divisão da IM (idade mental) pela IC (idade cronológica) e multiplicado por 100.

Na fala dos técnicos encontra-se uma definição que tenta superar a concepção psicométrica, com o respaldo da definição do MEC:

...vendo as capacidades deles, os questionários, para vermos realmente quem é esse aluno, suas capacidades, de onde vou partir, essa qualidade é o que mais importa do que saber o QI, isto é o que menos importa. (Depoimento de P2).

Mas nos laudos utilizados no processo de identificação dos alunos analisamos que foram utilizados testes psicométricos:

Instrumentos de avaliação: entrevista familiar; entrevista com a direção, coordenação e professores; observação em atividades lúdicas, sessões livres e informais; teste de H.T.P; Escala Colúmbia de Maturidade Intelectual; Escala de Inteligência para crianças (WISC);. (Documento Diagnóstico de A1).

...Na avaliação psicológica através do Reven constatou-se uma inteligência definitivamente superior à média... (Documento de Diagnóstico de A2).

No que diz respeito ao uso de testes psicométricos para diagnósticos na Educação Especial no Brasil comenta Anache (op cit, p. 5 e 6): "Até 1991, o diagnóstico baseava-se nos resultados das baterias de testes aplicados na própria escola. Os testes mais usados eram: Bender e WISC – Weschler Intelligence Scale for Childrem. [...]” As diretrizes do MEC, não recomendam a utilização de alguns testes de inteligência, mas não proíbem a utilização de testes como o WISC para identificar os alunos superdotados.

Os filhos foram identificados pelos pais, que os levaram para o Núcleo de Inclusão onde os técnicos realizaram os diagnósticos de identificação e encaminharam os alunos conforme a necessidade de cada um, o que revela o despreparo e a falta de uma capacitação do professor para identificar e atender alunos superdotados.

Para o aluno A1 resolveu-se pela aceleração⁵ com acompanhamento psicológico e pedagógico contínuo, além das aulas de informática e acompanhamento que recebia do Estado. Quando se fala de aceleração é preciso um certo cuidado. Kirk e Gallagher (1996, p.104) alertam: "A principal objeção à aceleração dos alunos, através da admissão precoce, de pular série ou de sua condensação, tem sido o medo de que a aceleração afaste as crianças superdotadas de seus colegas sociais e emocionais e afete, portanto, o seu ajustamento social ulterior." Por esta razão é fundamental estar sempre verificando os prós e contras da aceleração.

Já no caso do aluno A2, foi encaminhado como um aluno com problemas de comportamento, que já havia sido expulso de algumas escolas da Rede Estadual de Ensino. Através dos diagnósticos constataram-se habilidades de liderança e senso crítico, mas também apresentando condutas típicas anti-sociais; primeiramente tentou-se um acompanhamento escolar com professor itinerante em sala de aula, mas não resolveu o problema do comportamento, decidindo-se então por um professor itinerante com ensino domiciliar, realizando um projeto que atendesse às necessidades deste aluno para posterior inserção na escola.

No relato dos pais é predominante a falta de um atendimento que esteja realmente proporcionando um bom desenvolvimento a seus filhos:

Na época quando teve, quando nós fomos ao departamento de altas habilidades, lá o ajudaram muito ele; ele gostava bastante, ajudavam nas tarefas, nos trabalhos, os jogos, computação. Foi um ano, e quando elas montaram o processo de aceleração fizeram todo o processo, e foi muito bom. Hoje fechou e ele não tem mais acompanhamento... (fala da mãe do aluno A1).

Poderia até ter sido feita a aceleração na capacidade intelectual dele, e ele responderia bem ao aprendizado que estava sendo oferecido, mas daí a questão dele ter tido disritmia quando estava num curso desse, eu achei por bem que parasse com esta aceleração, pois achei que pudesse até ter danos celebrais se continuasse; pois se não ele até se tornaria uma criança estressada com tanta informação para ser assimilada, em idade tão pequena. (fala do pai do aluno A1).

O trabalho de Estado é muito bom, eles foram estudaram o caso dele, detectaram o problema e após esta detecção arrumaram um professor itinerante para ele, que ficou com ele quase dois anos e eles acompanharam a volta dele para a escola, foi um trabalho muito bom e bastante significativo; ele participava do Centro Tecnológico onde aprendeu a acessar a internet, a usar o computador, desenvolveu bastante. O projeto em si era bom, era para começar a expandir do micro para o macro, mas não deu certo, ele enjoou, não queria mais ter aula, ...o projeto era bom mas não foi concluído, e hoje ele está na sala de aula; já passou por duas escolas após este professor itinerante e não tem mais aquele acompanhamento... (fala da mãe do aluno A2).

O Estado ajuda desta forma, ele dá uma escola, um professor não qualificado porque aqui no Estado não existe professores qualificados para tratar exclusivamente deste assunto; o Estado só promete mas não deu um respaldo concreto, colocando pessoas especializadas para nos ajudar neste problema. O professor itinerante, totalmente desqualificado, como se diz uma pessoa para tapar buraco, não era uma pessoa preparada para lidar com este assunto. (fala do pai do aluno A2).

Quando os pais falaram do atendimento e encaminhamento que o Estado deu aos seus filhos, apareceram dois pontos de vista opostos: as mães que acharam muito bom o trabalho do Estado, mas reclamam porque apesar dos dois alunos terem sido identificados e recebido um atendimento específico

para cada caso, hoje o trabalho acabou e esses alunos ficaram sem um acompanhamento. Isto ocorre pela falta de projetos e investimentos para atender às necessidades dos alunos superdotados de Campo Grande – MS. Como Kirk e Gallagher (1996, p.112) comentam: "Um único plano jamais é adequado para a educação de todas as crianças superdotadas", portanto não podemos padronizar também os instrumentos de avaliação.

Já os pais reclamam do atendimento e encaminhamento que foi feito com seus filhos; o pai de A2 critica bastante a desqualificação dos professores e profissionais do Estado, o pai de A1 preocupa-se bastante com o desenvolvimento emocional de seu filho, achando que a aceleração pode afetar o emocional, estressando o aluno com tantas atividades. A este respeito Kirk e Gallagher (1996, p.95) dizem que se deve proporcionar atividades diversificadas, desafiadoras para o desenvolvimento pleno das habilidades destes alunos, mas alertam sobre a importância de "ajudar as crianças superdotadas a compreenderem as suas próprias emoções e sentimentos."

Os profissionais gostariam de desenvolver o real do projeto que elaboraram para realmente estar realizando um trabalho significativo para estes alunos. A respeito deste trabalho ideal os profissionais disseram:

Trabalhar em cima dos interesses, enriquecendo, ampliando, reforçando. É neste aspecto que vai estar atendendo; resume-se nisto, neste processo de enriquecimento, principalmente... (fala de P1).

O principal objetivo é o atendimento destes alunos, das necessidades e carências dentro da escola, de forma bem abrangente, o atendimento tanto de identificação como encaminhamento desses alunos através de um programa para esses alunos com altas habilidades, ...as principais dificuldades para a realização do projeto, são de ordem burocrática, a questão de contratar os educadores para o programa, pois a secretaria não aceita contratar professor que não vai atuar em sala de aula, e a capacitação do professor de classe comum, que a escola tem a rotina dos dias letivos, e o professor não pode ser capacitado em dia letivo... (fala de P2).

A proposta ideal considerada pelos profissionais está respaldada na atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e nas Diretrizes de Educação Especial do MEC, série 9 e 10 propostas para identificação e encaminhamento dos alunos superdotados, além de leituras de teóricos brasileiros que desenvolveram estudos e pesquisas no Brasil. Sendo assim quando se fala do enriquecimento, acompanhamento, capacitação do professor e envolvimento com a comunidade, encontramos as mesmas propostas nos referenciais teóricos citados.

A proposta de enriquecimento está explicada nas Diretrizes do MEC, a partir do embasamento teórico de Renzulli (1988) que desenvolveu o modelo "Triárdico de Superdotação", e propõe a melhor metodologia a partir do enriquecimento das habilidades dos alunos superdotados, como é mencionado na série 10 das Diretrizes para Educação Especial (p. 18): "Esse processo só tem sentido se existirem programas especiais, aos quais o aluno possa ser enviado para um atendimento educacional diferenciado, preferencialmente sob a forma de enriquecimento." Quando se fala do envolvimento da comunidade, lembra-se de Ghenter (2000, p.) que fala da importância do envolvimento de toda a comunidade.

Já em relação aos educadores de projetos nas três áreas do conhecimento, é nítida a teoria de Gardner (1994) sobre as Inteligências Múltiplas, pois segundo este autor é através dos diversos tipos de inteligências que se pode atender estes alunos; a proposta dos profissionais resume as sete regiões de Gardner em apenas três (linguagem, exata e humana).

A questão de ordem burocrática, que segundo os profissionais está dificultando e impossibilitando a implementação deste projeto experimental, é algo comum e freqüente na atual conjuntura social e política, mas é preciso estar sempre lutando em busca dos direitos, e a união da sociedade é fundamental para fazer jus ao que a Lei determina.

Mas o que nos chamou atenção foi a confusão teórica por parte de um dos profissionais (P1), que ao responder à pergunta referente ao embasamento teórico da proposta disse:

Ela é humanista, com enfoque no social, no interpessoal deste sujeito do ensino regular, da escola. Queremos uma escola inclusiva, que disponha da capacidade de oferecer oportunidades a todos os alunos para se desenvolverem plenamente.

Não conseguimos entender muito bem o que ela quis dizer com humanista, com enfoque no social. Sabemos que a psicologia humanista de Rogers surge na superação da psicologia objetivista, mas o enfoque no social é apontado na psicologia sócio-histórica de Vygotsky, na qual o sujeito é considerado um ser social e histórico, que se desenvolve através das relações dialéticas com o meio em que vive. Verificamos uma confusão teórica sobre a psicologia na educação, pois é comum o psicologismo na educação, o que reflete uma prática confusa e errônea, o que foi explicitamente comprovado na pesquisa.

Considerações Finais

Concluimos que o processo-diagnóstico realizado com os alunos (sujeitos da pesquisa), nos mostram que apenas serviu para classificar e selecionar alunos superdotados, mas não contribuiu significativamente para o desenvolvimento potencial desses alunos.

A pesquisa revelou uma realidade bastante distante do ideal. Foi verificado que os alunos foram identificados pelos pais e não pelos professores, o que demonstra que o professor não está preparado para identificar e atender alunos superdotados.

Foi constatada a predominância de concepções equivocadas e confusas sobre o conceito de inteligência e superdotação, predominando um enfoque psicométrico e, tendo em vista que as concepções dos sujeitos determinam as idéias e prática dos mesmos, concluiu-se que o processo educacional também vem sendo confuso e apenas tem servido para classificar e selecionar alunos superdotados, o que torna relevante o esclarecimento de uma concepção mais clara a respeito desses alunos a qual possa considerá-los como seres humanos com características próprias que só podem ser entendidas a partir do conhecimento profundo de sua pessoa, juntamente com as implicações sócio-históricas que norteiam a construção de sua personalidade e de sua capacidade.

A partir dos estudos teóricos sobre inteligência, superdotação e educação chegou – se ao consenso de que a abordagem sócio – histórica de Vygotsky é a que mais chega perto de um ideal educacional para esses alunos, pois só ela aborda um estudo aprofundado da natureza humana. Entender as funções psicológicas superiores do ser humano de maneira ampla e complexa ligada aos fatores internos e externos (biológicos, psicológicos e sociais) é o primeiro grande salto na evolução da educação humana, pois considerando os níveis de desenvolvimento real e potencial encontra-se a base para um ensino que oportunize o pleno desenvolvimento de todos os alunos.

Nesta concepção, a educação ideal para os alunos superdotados seria aquela que oferecesse oportunidades iguais, conforme as necessidades de cada aluno, considerando as diferentes potencialidades e proporcionando uma metodologia que propicie um melhor desenvolvimento das capacidades de cada um. Concluimos que isso só será possível a partir de uma educação que, realmente esteja preocupada em oferecer iguais oportunidades de desenvolvimento, mas conforme as capacidades que cada um possui e, assim, cada qual com seu potencial colabora e atua dentro da sociedade.

Podemos concluir que apesar da proposta ideal ser melhor do que a atual realidade da educação dos alunos superdotados de Campo Grande – MS, ainda está longe do que consideramos teoricamente ideal para a educação desses alunos, porque o ideal teórico do projeto proposto pelos técnicos, é baseado numa concepção cognitivista, mas um pouco confusa, o que, a nosso ver, determinará uma prática também equivocada, que mais uma vez deixará a desejar o desenvolvimento dos alunos.

O nosso ideário, teoricamente falando, seria uma educação baseada na proposta da psicologia sócio-histórica, que ensina para os processos posteriores de desenvolvimento e não para os processos já alcançados, como ocorre nas outras abordagens psicológicas.

Consideramos que a educação idealizada na psicologia sócio – histórica ainda não é possível devido à própria organização social e política por que a atual sociedade é regida. Isso ocorre devido a vários fatores: em primeiro lugar, a nossa sociedade tenta oferecer uma educação igual para todos, ainda no sentido de homogeneizar os alunos, surgindo, assim, a necessidade de atendimentos especiais para os alunos considerados diferentes em relação a padrões de igualdade que a sociedade formula, o que revela um grande atraso na educação, mas ao menos se tenta oferecer acesso à educação, o que é um começo; em segundo lugar os professores, além de não serem qualificados, são mal remunerados.

Concluindo – se, a partir desta pesquisa, que atender plenamente as necessidades dos educandos só será possível a partir de uma reestruturação social que valorize o papel do professor, qualificando e oferecendo uma remuneração mais condizente com sua prática, e propondo uma política mais flexível e participativa, envolvendo sempre as pessoas que fazem parte do cotidiano para elaboração de propostas educacionais mais condizentes com as reais necessidades de cada escola.

Temos consciência de que esta sociedade idealizada ainda não é possível, mas fazemos votos para que, através da nossa luta incansável, num futuro não muito distante, possamos alcançar esse ideário.

Referências

- ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. Psicologia e Educação do superdotado. São Paulo: EPU, 1996.
- ANACHE, Alexandra Ayach. Diagnóstico ou inquisição?: um estudo sobre o uso do diagnóstico psicológico na escola. Tese (Doutorado) USP, São Paulo, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes gerais para a identificação e o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades: superdotação e talentos. Brasília, 1995. (Série Diretrizes, 9 e 10)
- GARDNER, Moward. Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas. Tradução Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser Inteligente.

Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GUENTHER, Zenita Cunha. Desenvolvimento, capacidades e talentos. Guia básico para trabalho a partir da escola regular. Lavras-MG: SEESP e MEC, 2000.

KIRK, Samuel A; GALLAGHER, James J. Educação da criança excepcional. Tradução Marílea Zanella Sncicente. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LDB. A Constituição de Educação Brasileira: Lei n. 9.394/96, Decreto n. 8/97. Brasília, 1997.

METTRAU, Marsyl Bulkool (Org.). Inteligência: patrimônio social. Rio de Janeiro: Dunya, 2000.

MIRANDA, Marilea Gouveia de. Inteligência e contemporaniedade.: próximo século. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

NOVAES, Maria Helena. Compromisso ou alienação frente ao próximo século. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. Tradução Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 17. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1989.

SANTOS, Oswaldo de Barros. (Org.). Os superdotados: quem são? Onde estão? São Paulo: Pioneira, 1988.

VIGOTSKI, Live Semiónovich. La genialidade y outros textos inéditos. Buenos Aires: Ed. Almagesto, 1998.

VYGOTSKI, Luria, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. Linguagem desenvolvimento e aprendizagem. Tradução Maria da Penha. Ícone: Vila Lobos, 1998.

_____. Pensamento e linguagem. 3. ed. Tradução Jéferson Camargo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

Notas

1. Pesquisa apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Pedagogia (turma – 2002) da UFMS de Campo Grande, orientado pela Professora Dr^a Alexandra Ayach Anache.
2. Tradução – A genialidade se diferencia do talento sobretudo pelo nível e caráter da criação: os gênios são inovadores de uma nova época histórica de seu meio.
3. Atualmente a rede pública do Estado de MS não realiza nenhum trabalho de atendimento aos alunos superdotados.
4. Pois em 2002 a ABSD foi fechada por falta de incentivo.
5. é o processo de adiantar o aluno de série conforme suas capacidades cognitivas.

Correspondência

Cynthia Garcia Oliveira - Rua Atílio Pandolfo n. 40 - Bairro São Francisco - 59009-240.

E-mail: garcia@ig.com.br / cynk@pop.com.br

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

[Cadernos](#) :: edição: 2005 - Nº 27 > [Editorial](#) > [Índice](#) > [Resumo](#) > **[Artigo](#)**